

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

RACISMO E COTIDIANO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – EPT

Oseias Teixeira da Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7060>

Submetido em: 2023-09-22

Postado em: 2023-11-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

RACISMO E COTIDIANO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – EPT

OSÉIAS TEIXEIRA DA SILVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4182-827X>

<oseiasgeografo@gmail.com>

¹ Instituto Federal Fluminense – IFF. Macaé, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

RESUMO: Falar sobre raça e racismo no Brasil é entrar em um tema controverso e obviamente não temos intenção neste texto de dar uma resposta definitiva a essa temática tão complexa. O que pretendemos é apenas colocar algumas questões relacionadas à temática do racismo no Brasil, para que possamos compreender de que forma o racismo estrutura o cotidiano dos alunos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida em um campus de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Com esse objetivo em mente, em um primeiro momento realizamos uma discussão sobre o surgimento da idéia de raça e das formas de reprodução do racismo na sociedade brasileira. Em um segundo momento, realizamos uma discussão sobre os impactos do racismo na educação brasileira, sendo que no tópico seguinte apresentamos os dados relativos a uma pesquisa desenvolvida em um campus de um Instituto Federal sobre a relação entre racismo e cotidiano.

Palavras-chave: racismo, cotidiano, educação, EPT, Instituto Federal

RACISM AND DAILY LIFE IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION – EPT

ABSTRACT: To talk about race and racism in Brazil is to enter into a controversial topic and obviously we have no intention in this text to give a definitive answer to this so complex theme. What we intend is just to pose some questions related to the theme of racism in Brazil, so that we can understand how racism structures the daily lives of students in the context of Professional and Technological Education developed on a campus of a Federal Institute of Education, Science and Technology. With this objective in mind, at first we held a discussion about the emergence of the idea of race and the forms of reproduction of racism in Brazilian society. In a second moment, we held a discussion about the impacts of racism in Brazilian education, and in the next topic we present data related to a research carried out on a campus of a Federal Institute on the relationship between racism and everyday life.

Keywords: racism, daily life, education, EPT, Federal Institute

RACISMO Y VIDA COTIDIANA EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA – EPT

RESUMEN: Hablar de raza y racismo en Brasil es entrar en un tema controvertido y obviamente no pretendemos en este texto dar una respuesta definitiva a este tema tan complejo. Lo que pretendemos es simplemente plantear algunas preguntas relacionadas con el tema del racismo en Brasil, para que podamos comprender cómo el racismo estructura el cotidiano de los estudiantes en

el contexto de la Educación Profesional y Tecnológica desarrollada en un campus de un Instituto Federal de Educación. Ciencia y Tecnología. Con este objetivo en mente, inicialmente sostuvimos una discusión sobre el surgimiento de la idea de raza y las formas de reproducción del racismo en la sociedad brasileña. En un segundo momento, discutimos sobre los impactos del racismo en la educación brasileña, y en el siguiente tema presentamos datos relacionados a una investigación realizada en un campus de un Instituto Federal sobre la relación entre el racismo y la vida cotidiana. **Palabras clave:** racismo, vida cotidiana, educación, EPT, Instituto Federal

INTRODUÇÃO

Falar sobre raça e racismo no Brasil é entrar em um tema controverso e obviamente não temos intenção neste texto de dar uma resposta definitiva a essa temática. O que pretendemos é apenas colocar algumas questões relacionadas à temática do racismo no Brasil, para que possamos compreender de que forma o racismo estrutura o cotidiano dos alunos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida em um campus de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Na primeira parte do trabalho realizamos uma discussão sobre racismo no Brasil, partindo da discussão sobre a ideia de democracia racial que se ancora numa visão positiva da miscigenação brasileira e de que essa miscigenação torna impossível a existência do racismo no Brasil, de modo que se existe preconceito esse tem caráter de classe e não de raça. Neste tópico também apresentamos uma discussão sobre as origens do conceito de raça e a forma como essa classificação racial universal foi instrumentalizada para justificar a dominação colonial.

No segundo tópico realizamos uma discussão sobre a relação entre racismo e educação no Brasil mostrando como de forma geral os professores tendem a negar a existência do racismo em suas escolas, normalmente, a partir da ideia de democracia racial, ou seja, a ideia de que somos todos miscigenados e dessa forma o racismo seria impossível no Brasil, pois todos seríamos descendentes de todas as raças. Na relação entre alunos o racismo tende a aparecer na forma de brincadeiras que nada tem de inocentes pelo poder que tem de causar dor e sofrimento nos alunos negros vítimas dessas atitudes. No terceiro tópico apresentamos os resultados de uma pesquisa em um campus da rede federal de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, demonstrando como o racismo está fortemente presente no cotidiano dos alunos negros. Seguem-se as considerações finais.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaro para os devidos fins que não existem conflitos de interesse relacionados a elaboração desse manuscrito ou na obtenção dos dados referentes a ela.

RACISMO NO BRASIL

Falar sobre raça e racismo no Brasil é entrar em um tema controverso e obviamente não temos intenção neste texto de dar uma resposta definitiva a essa temática. O que pretendemos é apenas colocar algumas questões relacionadas à temática do racismo no Brasil, para que possamos compreender de que forma o racismo estrutura o cotidiano dos alunos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT desenvolvida em um campus da rede federal de educação. Inicialmente ao discutir a questão de raça no Brasil não podemos fugir do debate colocado entre aqueles pensadores eugenistas que viam a mestiçagem como um “problema” do povo brasileiro e o intelectual que se levantou contra essa visão propondo pela primeira vez uma abordagem positiva da mestiçagem no Brasil: Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2019).

Existia uma ampla gama de autores que deploravam a mestiçagem no Brasil e viam no negro especialmente a causa do atraso econômico e social no Brasil como aponta (Corrêa, 2013) em relação ao médico criminalista Raimundo Nina Rodriguez. Essa visão, ancorada nos ideais eugenistas e deterministas da Europa tendiam a valorizar a importância das raças puras,

especialmente as arianas em detrimento das raças consideradas inferiores como negros e índios. É contra essa visão racista e estigmatizante da população brasileira que Freyre se coloca. Invertendo completamente o raciocínio eugenista Freire (2019) afirma que mesmo a população portuguesa já era mestiça quando veio ao Brasil, devido à presença secular dos povos árabes na península ibérica. A formação do povo brasileiro, mestiço, criou uma nova raça completamente adaptada ao clima dos trópicos e com grande capacidade criativa e adaptativa.

A partir do argumento de Freyre, se constrói a idéia de uma democracia racial: ou seja, que o Brasil seria um país em que todos os povos e raças poderiam conviver livremente, e no qual não haveria preconceito racial ou étnico diferente do que se dá em outros países como os EUA. Nos limites deste trabalho não cabe retomar a discussão sobre se a ideia de democracia racial no Brasil seria um mito. Diante dessa polêmica, nos limitamos a apontar os argumentos de Fernandes (2021) que representam uma crítica à concepção de democracia racial. O autor aponta que a escravidão ao animalizar o negro, impedindo que ele mantivesse família ou estudasse, impediu completamente que ele criasse aptidões e habilidades que permitissem ao negro se inserir na sociedade de classes após a abolição da escravatura. Com o fim da escravidão, na verdade desde antes do fim dela, o governo não apenas não cria nenhum tipo de política para inserir o escravo na sociedade do trabalho livre, mas atua para atrair mão de obra imigrante para substituir o ex-escravo. Com isso os negros são totalmente excluídos das funções produtivas mais importantes, especialmente na indústria, praticamente vedando a eles qualquer possibilidade de ascensão social e criando todo um estereótipo social que vinculam os negros a malandragem e ao crime e que contribuem para o prolongamento intergeracional da condição desfavorável dos negros (FERNANDES, 2021).

No entanto, o debate sobre raça e racismo no Brasil não pode prescindir da análise do surgimento e da utilização da raça uma vez que a raça entre seres humanos não tem fundamento biológico, mas é uma construção histórica e social (Bersani, 2018). Sendo uma construção histórico-social uma questão importante é compreender o contexto histórico e a função social que a ideia de raça cumpria. Segundo Quijano; Lander (2005) :

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Um primeiro aspecto muito importante é que a ideia de raça não tem história conhecida antes da colonização da América. Ou seja, é preciso deitar por terra a visão organicista que associa raças à diferenciação biológica dos seres humanos de forma semelhante ao que se dá entre os animais, sendo que muitos pesquisadores questionam atualmente a idéia de raça como categoria biológica ao falar de seres humanos (BERSANI, 2018). A raça é uma construção histórica que se dá por um motivo bem específico: por um lado o encontro com diferentes povos e etnias, que leva a necessidade de se classificar os diferentes povos dentro do olhar do colonizador. Mas por outro lado e talvez mais importante há a necessidade da criação de um argumento que justificasse o próprio projeto de colonização que envolvia a escravização e o extermínio dos indígenas bem como a escravização dos negros africanos.

A raça, portanto, é uma construção histórica que serve como forma de classificação social, legitimando os papéis diferenciados que os grupos europeus e não europeus tinham a desempenhar no processo de colonização, justificando o domínio dos grupos europeus e a

subalternização dos grupos não europeus: indígenas e africanos. Dessa forma, a construção da idéia de raça não está relacionada apenas ao mecanismo classificatório dos grupos subalternizados, mas também dos grupos colonizadores. Portanto, da mesma maneira que português ou espanhol passam a ser identificados como raças e não mais apenas como uma procedência geográfica constrói se pela primeira vez a idéia do negro africano como uma unidade, desconsiderando a imensa heterogeneidade étnica do continente africano, o mesmo valendo para os indígenas.

Não havia entre os povos que habitavam a África qualquer ideia de uma continuidade entre eles diante da grande heterogeneidade étnica e cultural dos povos africanos, de modo que essa igualdade que deságua na ideia de raça negra era completamente estranha aos próprios povos africanos. A mesma coisa poderia ser dita em relação aos povos indígenas, os quais diante de uma grande heterogeneidade cultural e étnica jamais se viram como um único grupo humano. Portanto, é apenas com a construção da idéia de raça que se homogeneiza os negros africanos e os indígenas como uma única categoria humana. Essa homogeneização se dá também com a construção dos Estados europeus, em que português, espanhol, ou francês passam a significar uma única entidade racial. No entanto, essa classificação racial universal, criada pelo capitalismo e pela colonização tem um objetivo muito claro. Ainda segundo Quijano; Lander (2005 p. 122):

Enfim, o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a apta formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo. Mas no caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América. A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores. Essa instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento: os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa (Mignolo, 1995; Blaut, 1993; Lander, 1997). Porém, notavelmente, não numa mesma linha de continuidade com os europeus, mas em outra categoria naturalmente diferente. Os povos colonizados eram raças inferiores e –portanto– anteriores aos europeus.

Portanto o racismo, ou melhor, a forma moderna e colonial de uma classificação racial que coloca os europeus como a raça mais avançada e todas as outras raças como inferiores e, portanto, como vivendo em outro tempo anterior aos europeus cumpre uma função essencial de legitimar a dominação colonial. Assim sendo, o racismo não é simplesmente uma invenção cultural aleatória, mas um instrumento de dominação criado com um objetivo definido, e que mesmo depois do fim do período colonial continua a existir e a funcionar como instituição social. É óbvio que a dominação colonial pela conquista militar é um ponto que permite aos europeus se compreenderem numa situação de superioridade em relação aos povos subjugados. Mas o que o processo de expansão colonial permite é a criação de uma nova forma de contar a história da humanidade colocando a Europa como a culminância de todo um projeto civilizatório humano, permitindo ver a Europa como um farol capaz de iluminar e levar o progresso a todos os povos.

Tal maneira de ver, portanto, justifica qualquer tipo de atrocidade que precise ser cometida contra os povos dominados, uma vez que estes estariam resistindo ao progresso, se aferrando às suas tradições ultrapassadas e impedindo que todos caminhem em direção aos avanços civilizacionais. Como dissemos anteriormente, o racismo moderno, embora seja uma construção colonial permanece mesmo com o fim da dominação colonial e a independência do Brasil e posteriormente com o fim da escravidão. Compreender como o racismo sobrevive e se transforma em verdadeira instituição social e cultural no Brasil é o que discutiremos a seguir. De acordo com Camino et al. (2001)

A atitude pouco preconceituosa do português, somada ao fato de virem poucas mulheres européias à colônia, criou as condições propícias para um processo de mestiçagem entre os senhores da Casa Grande e as escravas da Senzala. É esta miscigenação que sustentaria a crença na democracia racial no Brasil. Mas Gilberto Freire, não podendo evitar a evidência

dos negros ocuparem na República uma situação marginal, afirma que o negro não teria vez na sociedade brasileira não por ser negro, mas por ser pobre.

Portanto, como discutido anteriormente, o argumento de Gilberto Freyre é de que como o português não era preconceituoso e buscou se relacionar sexualmente com as mulheres nativas e as escravas africanas devido à escassez de mulheres, surge um povo miscigenado. E a miscigenação levaria diretamente a formação de uma democracia racial, pois afinal, se todos nós somos misturados etnicamente é absolutamente impossível o preconceito, pois todos temos todas as raças em nosso sangue e ancestralidade. Nesse sentido, até seria possível o preconceito relacionado à classe social, mas não em relação à raça. Podemos apontar que esse discurso não é completamente equivocado, pois afinal somos de fato uma sociedade miscigenada étnica e culturalmente, mas, por outro lado, isto não significa que somos uma sociedade em que o racismo esteja ausente.

Em primeiro lugar precisamos apontar para o fato de que o próprio intercuro sexual entre portugueses e índias ou entre portugueses e escravas africanas, não era algo separado, mas plenamente inserido nas relações de poder características da colonização como o próprio Freyre aponta. Nesse sentido não eram relações sexuais livres, movidas pelo desejo, mas inseridas em relações de poder desiguais e mesmo quando não se tratava de estupro puro e simples, o que era bastante comum, aliás, a relação de poder absolutamente desigual impedia que vissemos as relações sexuais como advindas puramente do desejo. Uma escrava que seduzisse o filho de um fazendeiro, por exemplo, faria isso com certeza muito mais para conseguir melhorar sua condição enquanto escrava do que devido a qualquer forma de desejo ou paixão que tivesse pelo filho do fazendeiro. Quando da abolição da escravatura esta situação modifica-se muito pouco como aponta Nunes, (2006, p. 91):

Mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou. A atitude do Estado para a situação do negro “liberto” sempre foi omissa: a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos afrodescendentes são reduzidas à culpa deles mesmos, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural, inerente à raça. A ideologia republicana pedia um projeto de nação que, por sua vez, requeria que se repensasse o homem brasileiro. Coube aos cientistas da época fazer esta reflexão.

Nesse sentido retornamos ao argumento inicial de como a ideologia da democracia racial mascara as formas de racismo presentes na sociedade que mesmo que não sejam declaradas claramente ou apontadas em leis como foi em outros lugares do mundo nem por isso são menos eficazes como instrumentos segregadores e perpetradores da segregação racial. Teríamos então um tipo de racismo muito específico que associa a negritude a uma série de estereótipos negativos, sendo que no caso do Brasil o racismo não está ligado à ancestralidade, mas diretamente ao aspecto físico das pessoas negras. Uma das dimensões fundamentais da reprodução do racismo, essencial para que ele se mantenha como um elemento importante da realidade brasileira séculos depois da abolição da escravatura é a maneira como o racismo se materializa e se manifesta na educação brasileira em todos os seus níveis. Este é o foco do próximo tópico.

RACISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Como um elemento estruturante da realidade brasileira, o racismo não poderia deixar de ter um forte impacto na estruturação do cotidiano escolar. Na escola uma das principais formas de perpetuação do racismo é a negação da sua existência a partir de uma visão ingênua de que a escola estaria de alguma forma imune às contradições presentes na realidade brasileira. Assim seria como se ao adentrar os portões da escola estaríamos entrando em um universo paralelo em que a realidade do país não mais se aplicaria. Obviamente isto não acontece, pois não apenas a escola não se distancia da realidade social como os próprios agentes que nela atuam também estão inseridos na dinâmica social brasileira. Assim é fundamental que discutamos a forma específica como o racismo atua na realidade da escola. Segundo Primo; França (2020, p. 177):

Na escola, o racismo impõe aos alunos negros uma trajetória mais difícil do que a imposta ao alunado branco. Os dados mais recentes coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2013, mostram que as taxas de analfabetismo no Brasil se dão mais na população negra e o número líquido de presença dessa população em escolas

brasileiras é menor do que a de brancos, diferença que repercute em todos os níveis de ensino (infantil, fundamental, médio e superior) e cresce a cada uma dessas etapas (BRASIL, 2015). Essa desvantagem é sintomática e deixa evidente como o racismo coopera em uma trajetória escolar mais curta e acidentada para o alunado negro, que se evade e é excluído do sistema de ensino. (CHAGAS; FRANÇA, 2010).

O texto aponta como os dados evidenciam uma trajetória escolar diferenciada entre alunos brancos e negros, e isto mesmo se considerarmos a situação apenas entre alunos brancos e negros pobres. Ou seja, mesmo entre alunos pobres que estudam numa mesma escola pública existem mecanismos muito sutis que dificilmente são explicitados como práticas racistas e que dificultam e encurtam a vida escolar dos alunos negros. Assim o texto aponta que a presença da população negra na escola é menor que a de alunos brancos, mesmo considerando que a população de negros no Brasil é superior a de brancos. E conforme vai aumentando o nível de ensino a presença de alunos negros vai diminuindo. Portanto, quanto mais nos aproximamos dos níveis superiores de ensino, como a formação técnica de nível médio e a formação superior, menor é a participação relativa de negros na escola. Como existe uma relação muito próxima entre número de anos de estudo e renda, a trajetória escolar encurtada para os alunos negros significa uma tendência de manutenção intergeracional das desigualdades raciais no Brasil, gerando uma continuidade da condição dos negros em posições subalternas no mercado de trabalho devido ao acesso diferenciado ao ensino. Muitos críticos das cotas raciais afirmam que só seriam necessárias cotas sociais ou para alunos de escolas públicas. Tal afirmativa só faria sentido se alunos brancos e negros pobres, estudantes de escolas públicas fossem tratados da mesma forma e a partir disso experimentassem trajetórias acadêmicas similares, coisa que como vimos no texto acima citado não ocorre, pois uma diferença tão grande em relação à trajetória de alunos brancos e negros só se justificam pelo fato de que o racismo afeta a trajetória dos alunos pobres brancos e negros, ambos estudando em escolas públicas, favorecendo os primeiros em detrimento dos últimos, uma vez que a escola pública atende mais de 80% dos alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio no Brasil (G1, 2020) . Uma vez que a classe média brasileira, que é majoritariamente branca, responde por uma parcela restrita da população brasileira, e que a maioria absoluta dos alunos estudam em escolas públicas, então dados tão discrepantes no acesso ao ensino entre alunos brancos e negros só podem ser explicados pelo tratamento desigual dos negros nas escolas públicas. Assim precisamos discutir os mecanismos, muitas vezes sutis, pelos quais o racismo se apresenta nas escolas, principalmente nas escolas públicas, uma vez que os alunos negros frequentam basicamente essas escolas, sendo que nas escolas privadas da cidade de São Paulo, por exemplo, apenas um em cada dez alunos é negro (Diário do Nordeste, 2020) . De acordo com Moreira-Primo; França (2019, p. 178):

O racismo na escola também se concretiza: no tratamento dado pelos professores às crianças, quando somente às crianças brancas são valorizadas e tratadas positivamente, com elogios, carinho; nas atitudes negativas direcionadas pelos mesmos profissionais às crianças não brancas, com a invisibilização, a exclusão e a não valorização.

O racismo na escola, como se pode depreender do texto, tem uma natureza distinta da forma como se dá na sociedade em geral. O racismo na escola tem uma natureza muito mais sutil, quase subliminar, e por isso é algo muito difícil de ser combatido. De forma geral, dificilmente as pessoas que atuam no cotidiano escolar, professores principalmente, admitem a existência do racismo na escola e a prática do racismo na escola em que trabalham. Como aponta Oliveira (2007) a maioria dos professores das escolas não admite a existência do racismo nas suas escolas e em sua prática, muitas vezes utilizando o argumento da democracia racial anteriormente discutido. Como não é admitido, muito menos enfrentado, o racismo se reproduz na escola a partir de práticas cotidianas que se reproduzem em todos os níveis de ensino. No ensino infantil, temos a situação em que somente alunos brancos são elogiados e valorizados, em detrimento dos alunos negros. Aparece, por exemplo, no desejo de meninas negras serem princesas e para serem princesas teriam que ser brancas, como aponta o estudo de (DOS SANTOS; NASCIMENTO, 2022) ou no fato de que os negros que ascendem socialmente tendem a passar a considerar a si mesmos como brancos (PINTO, 2010) .

Portanto em relação à atuação docente dificilmente encontraremos práticas racistas mais evidentes, como proibir alguém de entrar em uma loja por ser negro, por exemplo, que comumente se dão no ambiente externo a escola e são facilmente identificadas como atos de racismo e assim podem ser enquadradas nesta categoria. Na relação aluno-professor, as práticas racistas acontecem de forma mais sutil, quando os alunos são tratados diferentemente de acordo com a cor da pele, quando apenas as meninas brancas são chamadas de princesas ou quando meninos negros com bom desempenho escolar são branqueados pelo professor, considerando o aluno como branco embora ele mesmo se considere negro.

Em um estudo sobre esse aspecto do racismo Carvalho (2005) mostra a grande diferença na identificação racial entre alunos e professores. Enquanto entre as crianças que se autotransferiram como brancas, 93% são classificadas como brancas pelas professoras, temos que entre as crianças que se autotransferiram como pardas apenas 49% delas foram classificadas como pardas pelas professoras que as consideraram brancas, enquanto cerca de 50% dos alunos autotransferidos como negros também foram classificados como brancos pelas professoras. O estudo aponta que os alunos "branqueados" são, em geral, aqueles de melhor desempenho escolar. No entanto, na relação entre alunos o racismo na escola não aparece de forma tão sutil. Como apontam Bernardo; Maciel (2015, p. 199):

Conforme analisamos, ao tratar sobre os insultos raciais na escola, nas manifestações de racismo encaradas como "brincadeiras" são perceptíveis em jogos de palavras com denominações negativas relativas à população negra, quase sempre se referindo aos cabelos crespos e a traços como lábios e nariz. As expressões vistas com maior frequência assemelham os negros sempre aos macacos ou à feiúra. Tais ocorrências são vistas como algo normal e sem levar em conta que tais práticas podem afetar a vida dos alunos negros em todas as suas dimensões.

Portanto, nas relações entre alunos as manifestações de racismo aparecem de forma mais clara e manifesta, embora travestida de inocentes brincadeiras. Se na prática docente o racismo atua de forma sutil e quase subliminar na relação entre alunos ela aparece de forma evidente embora disfarçada de brincadeiras que não são nada inocentes. Obviamente a realização de uma brincadeira racista pode ser vista como uma forma de se dizer exatamente o que se pensa sem arcar com as consequências de afirmações racistas. Para aqueles que professam as brincadeiras é uma forma de expressar sua maneira de pensar os negros como inferiores, enquanto para os que sofrem as brincadeiras racistas, longe de serem vistas como brincadeiras, são vistas sim como afirmativas verdadeiras, as vezes amplamente compartilhadas pela comunidade escolar que os marcam de forma profunda e que em muitos casos podem até levar ao abandono escolar.

Além disso, podemos dizer que essas duas formas de racismo: uma mais sutil, quase subliminar do ponto de vista do professor, presente na relação entre alunos e professores e a outra mais escancarada, embora disfarçada de brincadeira, na relação entre alunos são de certa forma complementares no sentido de ocultação do racismo na escola. Justamente por não admitir a existência do racismo na escola, os professores e servidores da escola, vêem os insultos racistas apenas como brincadeiras o que impede que eles sejam tratados com a seriedade que deveriam, inclusive do ponto de vista pedagógico, pois uma situação de insulto racista deveria ser uma excelente oportunidade para discutir a questão do racismo na escola.

Os insultos racistas, tratados como simples brincadeiras contribuem para a associação entre negritude e feiúra faz com que as crianças negras tenham dificuldade em ver beleza em seus corpos além de toda a dificuldade de uma criança negra se identificar com as princesas e heróis, quase todos brancos. Já a associação a macacos confere aos negros uma natureza animalesca, subumana que os coloca em situação de absoluta inferioridade em uma instituição centrada na aquisição e transmissão de conhecimentos codificados. Ao desumanizar e estereotipar os meninos e meninas negras essas brincadeiras devem ser vistas como atitudes racistas e combatidas de forma adequada pelo corpo docente e pela comunidade escolar. De certa forma, ver atitudes racistas como brincadeiras é uma forma também de ocultar e negar o racismo nas escolas. Assim como aponta Carvalho; França (2019, p. 150):

Apesar de conseguirmos observar claramente o racismo presente nos dados das pesquisas citadas, ele ainda é negado no discurso brasileiro, inclusive no discurso escolar. Isso fica

claro ao analisar os resultados de pesquisa sobre a concepção dos professores a respeito da manifestação do racismo nas escolas em geral e nas escolas onde atuam. É possível perceber que, quando questionados sobre o preconceito racial, os professores negam ou consideram um problema do outro, defendendo que na sua escola não existe racismo (SANTOS, 2014). A negação do racismo tem uma dimensão individual, como também social, pois quem nega a prática racista não se preocupa somente em não parecer racista, mas em defender a imagem de seu endogrupo de que não são racistas (RIEDEMANN; STEFONI, 2015).

Apesar de ser extremamente fácil reconhecer o racismo em práticas cotidianas (uma blitz da polícia, por exemplo) e nas estatísticas que mostram cruamente a diferenciação social entre brancos e negros no Brasil, esta realidade é vista ainda de forma geral como uma realidade extraescolar, que se esgota nos muros da escola. Portanto, se existe racismo ele existe em outras escolas não na minha, não certamente em mim. Tal postura com certeza se coloca como um obstáculo para o reconhecimento e o enfrentamento do racismo. Se o racismo está presente em todos os níveis de ensino, com certeza um caso interessante diz respeito ao racismo na Educação Profissional e Tecnológica - EPT desenvolvida na rede federal de educação composta pelos IFs, Cefets e Colégio Pedro II.

Isto porque esta modalidade de ensino atua diretamente com a formação para o mundo do trabalho e também porque ela é compreendida muitas vezes por um viés tecnicista que tende a valorizar o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades partindo da visão de que todos os alunos seriam iguais, ignorando as diferenciações sociais e raciais. Assim, no próximo tópico apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada com alunos do primeiro, segundo e terceiro ano dos cursos de nível médio integrados ao ensino médio de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

RACISMO E COTIDIANO ENTRE OS ALUNOS DE UM CAMPUS DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica, instituída pela lei 11892 de 29 de Dezembro de 2008 . No escopo do presente trabalho não cabe realizar uma discussão mais aprofundada sobre a formação da rede federal e a concepção pedagógica relacionada a esse formato institucional inovador (PACHECO, 2011) . Do ponto de vista institucional podemos apontar entre as inovações: o fato de ser uma instituição multi curricular, ou seja, que atua em diferentes níveis de ensino, desde o ensino básico, a graduação e a pós-graduação e multicampi, ou seja, cada instituto federal funciona em rede, uma rede composta por diversos campi, todos eles com autonomia administrativa e pedagógica.

Falando mais especificamente do ensino profissional de nível médio a grande inovação presente nesta instituição é o ensino médio integrado. O ensino médio integrado parte por um lado, de uma crítica do projeto de profissionalização forçada do ensino médio por parte do regime militar em que os alunos tinham pouco acesso aos conteúdos das ciências humanas, resultando em uma formação aligeirada e acrítica aprofundando a dualidade estrutural da educação brasileira (Neta; Fernandes; Carlos, 2020) . Por outro lado, o ensino médio integrado parte também da discussão sobre a politécnica como um caminho para romper a dualidade entre trabalho manual e intelectual, entre ensino propedêutico e técnico-profissional, propondo um ensino que ao mesmo tempo forme para o mundo do trabalho e para a cidadania exercida de forma crítica (SAVIANI, 2003) .

As informações sobre o campus e sobre o Instituto Federal no qual foi realizada a pesquisa foram omitidas para que se mantivesse a integridade da revisão por pares. Neste campus foi desenvolvida uma pesquisa junto aos alunos dos cursos de ensino médio integrado a partir da aplicação de um questionário a todos os alunos do primeiro, segundo e terceiro ano dos cursos integrados ao ensino médio presentes neste campus. O questionário foi estruturado da seguinte maneira: na primeira pergunta havia o pedido para que os alunos se auto identificassem de acordo com as categorias raciais presentes no censo do IBGE. As perguntas seguintes diziam respeito a

situações de racismo vivenciadas no cotidiano fora da escola, questionando, por exemplo, se os alunos já foram abordados pela polícia ou por vendedores/seguranças em loja. Iniciando a análise trazemos a tabela 1 que perguntou aos alunos se eles se consideram uma pessoa não racista. Organizamos a pergunta dessa forma, pois consideramos que se perguntássemos diretamente se ela é racista esta pergunta poderia parecer ofensiva para muitos alunos.

Tabela 1: Você se considera uma pessoa não racista?				
Raça ou etnia	Sim	Não	Total	% Sim
Branco	136	23	159	85,53
Negro	60	2	62	96,77
Indígena	5	1	6	83,33
Asiático	2	0	2	100,00
Pardo	95	12	107	88,79
Total	298	38	336	88,69

Fonte: questionários estruturados respondidos pelos alunos de um campus de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em Agosto de 2022

A resposta afirmativa a essa primeira pergunta pode ser interpretada de duas formas distintas: se afirmar como não racista pode partir de uma compreensão do caráter institucional do racismo no Brasil e de um posicionamento político no sentido de enfrentar o racismo, assim se declarar não racista teria o mesmo sentido de se afirmar anti racista; se afirmar como não racista poderia partir do discurso da democracia racial, de que todos somos mestiços e, portanto, ser racista não faria sentido. É difícil analisar qual das duas possibilidades explicam as respostas dos alunos de acordo com a auto identificação racial a qual o aluno adere.

Mas é interessante notar que o percentual de alunos que se consideram não racistas embora elevados em todas as categorias raciais, com certeza como resultada do avanço na discussão racial brasileira nas últimas décadas, podemos notar que o percentual de alunos que se autodeclararam negros e se consideram não racistas é bastante superior ao dos alunos brancos que consideram não racistas. Enquanto 85,5% dos alunos brancos se consideram não racistas 96,7% dos alunos autodeclarados negros assim se consideram. Portanto, e isso é um aspecto importante, para os alunos negros a questão racial é deveras importante, sendo muito difícil que esses alunos não se posicionem claramente contra o racismo uma vez que convivem com ele cotidianamente.

Por outro lado é interessante notar que em relação aos alunos autodeclarados pardos o percentual de alunos que se consideram não racistas é similar ao de alunos brancos. Como apontado por Silva; Leão (2012) os brasileiros que se identificam com a categoria pardo possuem uma identidade racial contraditória pois de um lado compartilham muito das condições

socioeconômicas da população negra, mas por outro lado sofrem menos preconceito que os negros por terem a pele mais clara, dentro da ideologia da branquitude que está na base do racismo no Brasil. Isto faz com que para esses alunos que do ponto de vista racial, estariam para eles mesmos e para a sociedade, no meio do caminho entre negros e brancos não vejam a questão racial como algo tão prioritário como entre os negros. O percentual de alunos autodeclarados asiáticos e indígenas é muito pequeno de modo que mantemos os dados desses grupos apenas para manter a fidedignidade amostral da pesquisa, mas não iremos realizar nenhum tipo de análise dessas duas categorias raciais. A tabela, a seguir, explora uma pergunta na direção oposta: a de se os alunos conhecem alguém que consideram racista.

Tabela 2: Você conhece alguém racista?				
Raça ou etnia	Sim	Não	Total	% Sim
Branco	112	40	152	73,68
Negro	38	20	58	65,52
Indígena	1	5	6	16,67
Asiático	2	0	2	100,00
Pardo	67	41	108	62,04

Fonte: questionários estruturados respondidos pelos alunos de um campus da rede federal de educação profissional e tecnológica em Agosto de 2022

Há uma interessante e explicativa inversão dos dados em relação à primeira tabela. Enquanto naquela um percentual superior de negros responde afirmativamente a pergunta, sendo então que um percentual muito maior de alunos negros se identifica como não racista, nesta temos o fenômeno oposto: os alunos brancos têm muito mais contato com pessoas que elas consideram racistas do que os alunos negros. Uma possível explicação para esse fato é o de que a segregação racial tem também uma dimensão espacial como apontado, por exemplo, em Franca (2017). Isto significa que alunos negros têm maior probabilidade de serem pobres, morarem em bairros que concentram população pobre e que tem maioria de pessoas negras. Portanto, o fato dos alunos brancos conviverem com mais pessoas brancas que os alunos negros seria uma explicação plausível para essa diferença encontrada nos dados.

Não que o racismo como postura individual seja algo exclusivo das pessoas brancas, mas obviamente as práticas racistas quer sejam intencionais ou vistas apenas como brincadeiras tendem a ser mais comuns entre pessoas brancas que não sofrem cotidianamente as consequências do racismo. Interessante também o fato de que diferente do que vimos na tabela anterior o percentual de pessoas pardas que afirmam conhecer pessoas racistas é semelhante ao das pessoas negras. Assim podemos novamente apontar as contradições da categoria pardo discutidas anteriormente, ou seja, de que embora as pessoas que se consideram pardas se coloquem como diferentes das pessoas negras elas convivem com situações sociais muito semelhantes as pessoas negras inclusive em relação ao convívio menor com pessoas brancas. A tabela 3 apresenta uma situação cotidiana bastante comum envolvendo práticas racistas, ou seja, o fato de ser abordado ou seguido por segurança ou vendedor em uma loja.

Tabela 3: Você já foi abordado ou seguido por um segurança ou vendedor em uma loja?				
Raça ou etnia	Sim	Não	Total	% Sim
Branco	38	121	159	23,90
Negro	39	22	61	63,93
Indígena	3	3	6	50,00
Asiático	1	1	2	50,00
Pardo	35	74	109	32,11

Fonte: questionários estruturados respondidos pelos alunos de um campus da rede federal de educação profissional e tecnológica em Agosto de 2022

Aqueles que afirmam a inexistência do racismo no Brasil com o discurso da democracia racial, que somos um povo miscigenado, que todos somos igualmente mestiços, deveriam então buscar uma resposta para as informações presentes nesta tabela e em tantas outras pesquisas que evidenciam o racismo cotidiano no Brasil. Como explicar que entre os alunos que se autodeclararam negros o percentual daqueles que foram abordados ou seguidos por um segurança ou vendedor em uma loja é quase três vezes maior que o de alunos brancos? Por mais que exista também preconceito relacionado a outros motivos como a questão de classe que aparece, por exemplo, na forma como as pessoas se vestem e que talvez seja o motivo para que alguns alunos brancos também tenham sofrido essa experiência, a cor da pele é um marcador muito mais poderoso no sentido de impor a pessoa negra situações de preconceito.

Nesse sentido podemos apontar claramente que a situação do negro na sociedade brasileira impõe uma condição de preconceito que vai além simplesmente da experiência de classe da pobreza, ou seja, se ser um branco pobre no Brasil é um fardo ser negro e pobre pode é um fardo ainda maior. Entre os alunos pardos esta é uma experiência bem mais rara, sendo que o percentual de alunos pardos que já passou por essa experiência é pouco superior a de alunos brancos. Isto se explicaria pelo fato, anteriormente discutido, dos alunos pardos sofrerem de fato menos preconceito, pois dentro da hierarquia racial brasileira estariam mais próximos da branquitude. A tabela 4 apresenta outra situação comum de racismo relacionado a abordagem pelas forças policiais:

Tabela 4: Você já foi abordado pela polícia?				
Raça ou etnia	Sim	Não	Total	% Sim
Branco	27	131	158	17,09
Negro	21	41	62	33,87
Indígena	5	1	6	83,33
Asiático	2	0	2	100,00
Pardo	27	82	109	24,77

Fonte: questionários estruturados respondidos pelos alunos de um campus da rede federal de educação profissional e tecnológica em Agosto de 2022

Assim como na pergunta anterior a condição de um país com estruturas e instituições racistas faz com que a experiência de abordagem policial seja muito mais comum entre alunos negros do que entre alunos brancos. O percentual de alunos que se identificam como negros e que já foram abordados pela polícia é quase o dobro do de alunos brancos. Interessante notar também que embora o número absoluto de alunos brancos seja quase o triplo do de alunos negros, o número absoluto de alunos negros que já foram abordados pela polícia é quase o mesmo do de alunos brancos. Isso é sem sombra de dúvida uma clara evidência de como alunos negros e brancos possuem vivências sociais completamente distintas de acordo com a raça.

Como na tabela anterior o percentual de alunos pardos que já foram abordados pela polícia é bastante diferente dos alunos negros e mais próximo daquele visto entre alunos brancos (17,09% para alunos brancos e 24,77 para alunos pardos). Neste caso, como se trata de uma situação objetiva que não depende da avaliação do sujeito, podemos afirmar com certeza que esse índice inferior remete ao menor preconceito sofrido por esses alunos pelo fato deles estarem mais próximos da branquitude na hierarquia racial brasileira. No entanto o percentual ainda mais elevado do que aquele de alunos brancos aponta para o fato de que os alunos pardos embora sofram menos preconceito de que os alunos negros, eles também não são tratados da mesma forma que os brancos. Nesse sentido, é que podemos apontar que ao lado da hierarquia racial que temos no país, que vai dos brancos até os negros passando pelos pardos temos uma hierarquia do preconceito racial que segue a mesma hierarquia. Na tabela 5, perguntamos aos alunos que já foram abordados pela polícia se eles consideraram a abordagem agressiva.

Tabela 5: Se sim você considerou a abordagem agressiva?				
Raça ou etnia	Sim	Não	Total	Sim (%)
Branco	5	62	67	7,46
Negro	12	21	33	36,36
Indígena	0	6	6	0,00
Asiático	1	1	2	50,00
Pardo	8	66	74	10,81

Fonte: questionários estruturados respondidos pelos alunos de um campus da rede federal de educação profissional e tecnológica em Agosto de 2022

Nesta tabela estão as respostas apenas dos alunos que já foram abordados pela polícia em alguma ocasião. A estes foi perguntado se consideraram a abordagem da polícia agressiva ou não. Aqui vemos novamente o peso do racismo na vivência cotidiana dos alunos. Podemos imaginar que existem muitas situações que podem levar uma pessoa a ser parada pela polícia sem que necessariamente o ato de ser parado em si signifique que a pessoa tenha sofrido racismo. Circular de carro em uma área de venda de drogas, por exemplo, pode levar uma pessoa a ser parada pela polícia sem que necessariamente o policial saiba antecipadamente a cor do motorista e dos ocupantes do carro. No entanto, a diferença na forma como as pessoas são tratadas uma vez que paradas pela polícia tem uma relação direta com a questão racial como fica claro a partir da análise da tabela acima.

Embora o número absoluto de alunos brancos que já foram parados pela polícia é superior ao de alunos negros, uma vez que o universo de alunos brancos é muito maior, pouquíssimos alunos brancos, dentre aqueles que já foram abordados pela polícia consideraram a abordagem agressiva. Apenas 5 alunos brancos foram abordados de uma forma que eles consideraram agressiva enquanto 62 não o foram. Poderia se argumentar que a avaliação de se uma abordagem policial foi agressiva ou não é algo subjetivo não sendo, portanto, um indicador confiável da presença do racismo como elemento explicativo do percentual baixo de alunos brancos que foram abordados de forma por eles considerada agressiva, apenas 7,46% dos alunos brancos. No entanto, poderíamos argumentar que a diferença entre um tratamento cordial ou agressivo por parte da polícia é por demais evidente para que os alunos não consigam avaliar corretamente essa diferença.

Quando comparamos com os dados relativos aos alunos negros a distância entre os dois grupos aparece de forma muito evidente. Mesmo considerando que os alunos negros que já foram abordados pela polícia representam um universo de alunos que é quase a metade do de alunos brancos, o número absoluto de alunos negros que foram abordados de forma agressiva é mais que o dobro do de alunos brancos. Uma diferença tão marcante mostra de forma clara como o racismo é uma realidade marcante na vida dos alunos negros. Novamente, percebemos que entre os alunos pardos a ocorrência de abordagem agressiva é bem menos comum o que evidencia o que vimos discutindo em relação a hierarquia racial brasileira que implica em mais racismo quanto mais distante da branquitude uma pessoa se encontra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou ser uma contribuição para o debate sobre as relações entre racismo e educação no Brasil. Apontamos que qualquer discussão sobre racismo precisa começar pelo debate sobre a democracia racial e a importante obra daquele que foi o fundador dessa

perspectiva de análise: Gilberto Freyre. Se colocando de forma frontalmente contrária às visões eugenistas e racistas em voga na intelectualidade, este autor produziu uma obra profundamente original e amplamente influente em que pela primeira vez buscou se uma interpretação positiva daquela que era talvez a característica mais marcante da sociedade brasileira: o fato de sermos uma sociedade miscigenada híbrida, tanto do ponto de vista racial quanto do ponto de vista cultural.

Se por um lado o argumento do autor aponta para uma valorização das características do povo brasileiro, incluindo sua maior adaptabilidade às características climáticas da colônia, por outro lado, a visão de uma sociedade miscigenada em que todas as raças se encontram e se misturam culmina na idéia de que uma vez que somos todos misturados, miscigenados, seria impossível o racismo no Brasil. Tal é basicamente o argumento da democracia racial. Como apontamos no texto esse argumento apresenta uma meia verdade, pois embora seja verdade que somos uma sociedade miscigenada e culturalmente híbrida, existe o racismo não apenas como forma de ação individual, mas também como realidade institucional a partir de uma hierarquização racial que parte da branquitude a negritude, vendo nesta última uma categoria racial inferior.

No entanto não podemos deixar de apontar que essa classificação racial não é uma idiosincrasia brasileira, mas é um instrumento de dominação e legitimação da colonização. Como apontamos no texto os motivos para a propagação da classificação racial e do racismo mesmo após o fim do período colonial e da escravidão está diretamente relacionado a ação do Estado brasileiro que não apenas não desenvolveu nenhum tipo de política pública para possibilitar a inserção do negro na estrutura produtiva brasileira, considerando que a animalização do escravo operado pela escravidão impedia que ele tivesse as habilidades necessárias para atuar nas atividades produtivas capitalistas (a maioria dos escravos era analfabeta, por exemplo) como atuou fortemente para substituir o trabalhador negro pelos imigrantes forçando os negros na direção da marginalização e do abandono.

Ao discutir o papel do racismo na educação abordamos principalmente a relação entre aluno e professor e a relação entre alunos. Na relação entre alunos e professores existe uma tendência dos últimos a negar a existência do racismo na escola, muitas vezes utilizando-se do discurso da democracia racial como justificativa para a negação da presença do racismo em sua escola. Como não é admitido o racismo não pode ser combatido e muitas vezes sequer é notado pelo professor em sua prática profissional, tendo nesse caso uma característica quase subliminar como apontamos no trabalho. Por outro lado, na relação entre alunos ele aparece de forma mais evidente, mas de certa forma também dissimulado como “brincadeiras”, como quando um aluno é chamado de macaco, por exemplo.

A nossa pesquisa, desenvolvida no âmbito de um campus de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, demonstrou como a experiência cotidiana dos alunos é fortemente diferenciada de acordo com a condição racial do aluno. Situações fortemente ligadas ao racismo como ser abordado ou vigiado por um segurança/vendedor em uma loja, ou ser abordado pela polícia de forma agressiva são muito mais comuns de acontecerem entre alunos negros do que entre alunos brancos, sendo que em relação aos alunos pardos temos uma situação intermediária que se deve em alguns casos a consciência racial contraditória desses indivíduos que dificulta a percepção de situações de racismo e por outro, pelo fato deles realmente sofrerem menos preconceito uma vez que estariam mais próximos da branquitude na escala racial brasileira. O trabalho em tela, portanto, tentou ser uma contribuição para o desvendamento do cotidiano de enfrentamento do racismo em relação aos alunos de um campus da rede federal de ensino profissionalizante no sentido da necessária construção de uma escola anti-racista.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, TERESINHA; MACIEL, REGIMEIRE OLIVEIRA. Racismo e educação: um conflito constante. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 191–191, 2015.
- BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175–196, 2018.
- CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia; MACHADO, Aline; *et al.* A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v. 1, p. 13–36, 2001.
- CARVALHO, Daniela Melo da Silva; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Educ. Form.**, v. 4, n. 12, p. 148–168, 2019.
- CARVALHO, MARÍLIA. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHZCR8tDbgDtFCbTQ7dL8z/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Em acesso comercial no SciELO Livros edição. [s.l.]: Editora Fiocruz, 2013.
- DOS SANTOS, FRANCISCA KANANDA LUSTOSA; NASCIMENTO, ELAINE FERREIRA DO. JOVENS MENINAS NEGRAS E A EXCLUSÃO ESCOLAR: A AUSÊNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO | Humanidades & Inovação. **Humanidades e Educação**, v. 9, n. 8, 2022. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5455>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 6ª edição. [s.l.]: Editora Contracorrente, 2021.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51ª edição. [s.l.]: Global Editora, 2019.
- GOVERNO FEDERAL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier de. Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. **Debates em Educação**, v. 12, n. 26, p. 176–198, 2020.
- NETA, OLIVIA MORAIS MEDEIROS; FERNANDES, ALEKSANDRA NOGUEIRA DE OLIVEIRA; CARLOS, NARA LIDIANA SILVA DIAS. A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU COM BASE NO CORPO NORMATIVO EDITADO NO PERÍODO DO REGIME MILITAR | Revista Temas em Educação. **Revista Temas em Educação**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/51645>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, v. 17, p. 89–98, 2006.
- OLIVEIRA, LUIZ FERNANDES DE. CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM EDUCAÇÃO E A LEI 10.639. *In*: Caxambu - MG: [s.n.], 2007. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/concepcoes-docentes-sobre-relacoes-etnico-raciais-em-educacao-e-lei-10639>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <<http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1914>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- PINTO, Nubia dos Reis. **Ascensão social negra: do branqueamento à solidariedade?** Dissertação, UFBA, Salvador, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14528>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- QUIJANO, ANIBAL; LANDER, EDGARDO. **A Colonialidade do Saber Eurocentrismo e Ciências Sociais**. [s.l.]: Clacso, 2005. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/livros/edgardo-lander/a-colonialidade-do-saber-eurocentrismo-e-ciencias-sociais/3120581260>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, p. 131–152, 2003.

SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, Luciana T. de Souza. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 117–133, 2012.

Apenas 1 em cada 10 estudantes de escolas privadas de São Paulo é negro - EducaLab - Diário do Nordeste. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/educalab/apenas-1-em-cada-10-estudantes-de-escolas-privadas-de-sao-paulo-e-negro-1.3014507>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Escolas da rede pública atendem mais de 80% dos alunos do ensino fundamental e médio, aponta IBGE | Educação | G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/15/escolas-da-rede-publica-atendem-mais-de-80percent-dos-alunos-do-ensino-fundamental-e-medio-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.